MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória – ES
27 3198-0900

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Gestão em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Vitória – ES – 2025

Reitor
Jadir José Pella

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação
André Romero da Silva

Diretor de Pós-graduação
Danielle Piontkovsky

Diretora do Cefor
Aline Freitas da Silva de Carvalho

Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação do Cefor
Márcia Oliveira Gonçalves

Comissão de Elaboração do PPC
Larissy Alves Cotonhoto
Danielli Veiga Carneiro Sondermann
Mariella Berger Andrade
José Mário Costa Junior
(PORTARIA No 94, de 28 de JUNHO de 2024)

Coordenação do Curso
Sanandreia Torezani Perrini

Assessoramento Pedagógico
Simoni Pereira das Posses

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *APERFEIÇOAMENTO*

1. Identificação do Curso:

Nome do Curso	**Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Gestão em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**				
Código/Área de Conhecimento	70800006 – Educação 70807051 - Educação Especial				
UA[1] Responsável	Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância/Reitoria				
Carga Horária Total[2]	180	Duração (meses)	3 meses	Nº de vagas	1350
Modalidade	( ) Presencial (x) À Distância				
Polos (nº vagas do polo)	34 Polos - (40 vagas por polo)				
Outras Instituições participantes	(quando houver)				

Período previsto para realização do curso

(x) Oferta Regular – Início em: 24/03/2025

Periodicidade (meses): (x) 6 ( ) 12 ( ) Outro. Qual? *Conforme convênio firmado entre o Ifes e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), por meio do Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial.*

Início	24/03/2025	Término	15/06/2025

Coordenador

Nome	Sanandreia Torezani Perrini	Siape	2394425
E-mail	sanandreia@ifes.edu.br	Telefone	(27) 31980900
Área de formação	Graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas.		
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319		

Resumo do Currículo Lattes

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013), graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas pela Faculdades Integradas Castelo Branco (2002). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo, atuando nos cursos técnicos integrados, licenciatura e pós-graduação - especialização. Foi membro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne - 2007 a 20221 e presidente do Fórum dos Napnes no Ifes de 2019 a 2020. De fevereiro de 2015 a dezembro de 2019 atuou como Diretora de Ensino do Ifes Campus Centro-Serrano, Santa Maria de Jetibá-ES. Atua desde fevereiro de 2020 como Diretora de Ensino Técnico do Ifes - Reitoria/Proen.É pesquisadora nas temáticas de educação especial inclusiva - acessibilidade, práticas inclusivas e gestão na EE. Atua no Comitê Permanente da EJA-EPT (Proeja) do Ifes desde 2021, nos estudos da Educação Profissional de nível médio - diretrizes para cursos técnicos integrados e no acompanhamento da oferta de concomitantes e subsequentes.

Vínculo a Programa ou Projeto de Extensão, ou à ação do âmbito do Ensino, da Pesquisa, da Pós-graduação ou do Desenvolvimento Institucional

[1] UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.

[2] Mínimo 180 horas (não podendo atingir 360 horas).

Não (x)	Sim ( ). Identificado abaixo: Modalidade: ( ) Programa de extensão em Rede ( ) Programa de extensão ( ) Projeto de extensão ( ) Projeto de pesquisa ( ) Programa de pesquisa ( ) Programa de pós-graduação ( ) Outro: Desenvolvimento Institucional
	Título:
	Número de Processo de Cadastramento:

2. Caracterização da Proposta

2.1. Apresentação e Contextualização Educacional

Uma escola verdadeiramente inclusiva deve oferecer uma educação sem barreiras ou restrições, acolher os alunos sem pré-seleções e privilegiar a construção gradual de uma pedagogia capaz de receber todos os alunos uma educação sem barreiras ou restrições, que acolhesse os alunos sem pré-seleções, privilegiando a construção gradual de uma pedagogia capaz de receber todos os alunos. Para tanto, devemos pensar na urgência de se reformular os currículos de formação de profissionais da educação de maneira que esse processo contemple a diversidade escolar.

Para Beyer (2006), a formação inicial ou continuada do profissional de educação, seja ele professor, pedagogo ou gestor, deve possibilitar uma capacitação crescente para a prática pedagógica inclusiva. Esse autor recomenda que a concepção da inclusão de alunos com deficiência na escola comum tem como um dos fundamentos conceituais uma ação inclusiva que seja compartilhada por todos os sujeitos do cotidiano escolar" por "a concepção da inclusão de alunos com deficiência na escola comum baseia-se, entre outros fundamentos, em uma ação compartilhada por todos os sujeitos do cotidiano escolar: famílias, equipes diretiva e pedagógica, professores, funcionários e alunos.

Nesse cenário, é evidente que o professor se destaca. No cotidiano da escola e da sala de aula, ele é uma peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com deficiência tenha possibilidades de sucesso, ou seja, cabe a ele grande parte na potencialização desses alunos para que possam se apropriar e construir seu próprio conhecimento. Deste modo, tanto a formação inicial como o apoio especializado e contínuo ao professor em seu contexto de trabalho deve abarcar conceitos e a possibilidade de construção de práticas pedagógicas neste sentido. Devem edificar, de um lado, as condições para uma educação coerente com o projeto inclusivo e, de outro, *espaço-tempo* para que o professor possa ininterruptamente desenvolver-se profissionalmente.

Os caminhos para aquisição e atualização de conhecimentos profissionais no campo da Educação Especial, no entanto, ainda são íngremes e tortuosos. Assim, vale resgatarmos um pouco da história e das leis aplicadas a essa formação, tendo como referência básica a legislação nacional específica do MEC e os resultados de pesquisas realizadas em âmbito nacional

De acordo com a literatura que trata da Educação Especial no Brasil, é possível constatar que os primeiros cursos para formação na área foram ofertados em nível médio e com cargas horárias bastante diversas, uma vez que eram cursos intensivos que reuniam professores de vários estados. Tais cursos eram oferecidos nos estabelecimentos Federais, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES-RJ) e Instituto Benjamim Constant (IBC-RJ) e por organizações não governamentais - dentre elas, destaca-se o Instituto Pestalozzi (BH/MG). Posteriormente, as universidades públicas e privadas passaram a ofertar alguns cursos de Pedagogia com habilitação em Educação Especial. Mendes (2002) assinala que no ano 2000 havia 31 cursos de pedagogia com habilitação em educação especial no país. Desse total, somente o curso de Licenciatura Plena em Educação Especial oferecido na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) não tinha vinculação com o curso de pedagogia. Ainda segundo a autora, não há referências sobre a formação de professores para educação especial em cursos denominados Normal Superior. A

Resolução do CNE nº 1/2006 (Brasil, 2006), que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia, não faz referência a uma organização desse curso por habilitação.

Com base na reflexão acima, entendemos que esta proposta de um curso de aperfeiçoamento, totalmente a distância, com oferta semestral, visa a formação continuada de profissionais da educação para atuarem na gestão em educação especial na perspectiva inclusiva, em todo território nacional

2.2. Breve Histórico do Cefor e da EaD no Ifes

De acordo com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (IFES, 2019b), no Ifes, o órgão gestor das políticas e diretrizes de EaD e uso das tecnologias educacionais é o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor).

As primeiras atividades em Educação a Distância no Ifes datam de 2004, a partir dos trabalhos de uma comissão que iniciou os estudos e a elaboração de uma proposição de projeto pedagógico em EaD para o então CEFETES-ES.

A primeira submissão de projeto para o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) ocorreu em 2005, por meio de participação no Edital de Seleção UAB n° 1/2005-SEED/MEC, no qual foi submetido o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), a ser ofertado pelo campus Serra e que viria a ser o primeiro curso superior na modalidade a distância do Ifes.

Após a aprovação deste primeiro curso, foi criado o Centro de Educação a Distância – Cead, vinculado à Diretoria de Ensino do CEFET-ES e responsável por todos os projetos e programas na modalidade a distância, em todos os níveis de ensino deste Centro Federal. Sendo que de 2006 a 2014 o Cead empreendeu diversas ações que alavancaram a EaD no Ifes, incluindo a oferta de cursos, produção de material didático e capacitação das equipes para atuação na EaD. Tendo como embasamento legal a Portaria Nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Governo Federal, que define parâmetros e normas para a expansão dos Institutos Federais, por meio da Portaria 1602, de 11 de Agosto de 2014, o Cead se une ao programa de Educação em Ciências e Matemática (Educimat) e é transformado em Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor). O Cefor apresenta como objetivos: apoiar a EaD e uso de tecnologias e trabalhar a formação de profissionais da educação. Entre 2015 e 2016, ocorreu a mudança da sede do Cefor para o bairro de Jucutuquara em Vitória, onde passou a funcionar em sede exclusiva. Ainda neste ano, foram ofertadas a pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais (totalmente institucionalizada, ou seja, sem fomento externo) e outros cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnico e Superior, também sem fomento externo.

Além disso, seguiu na oferta de cursos fomentados pelos programas Rede e-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil (UAB), incluindo cursos técnicos do programa Profuncionário e Licenciaturas e Especializações. Houve, ainda, a oferta de um novo curso de pós-graduação lato sensu institucionalizado, a Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores.

Foram oferecidos, em 2018, pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles os cursos de Educação e Ambiente; Inclusão e Educação Especial; Formação Docente para EaD; Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como Apoio ao Aprendizado de Matemática, além de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada). No segundo semestre deste mesmo ano, ocorreu a primeira oferta sem fomento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos.

Em 2019, o Cefor recebeu a visita para realização do recredenciamento da modalidade EaD e, como resultado desta avaliação empreendida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ifes obteve o conceito máximo (5). A partir desse ano, o Cefor passou a construir uma identidade mais precisa e pôde, com isso, definir focos prioritários, tais como consolidar a modalidade a distância no Ifes e apoiar institucionalmente os campi e a Reitoria neste contexto.

Ainda em 2019, o Cefor fez sua primeira oferta em rede sem fomento externo, com o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Professores, tendo dez campi como polos presenciais. Além de ter lançado a plataforma de cursos MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses) do Ifes. Esses cursos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% da nota total referente ao curso; e carga horária máxima de 60 horas (IFES, 2020).

Durante os anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia do COVID 19, o Cefor manteve em funcionamento todos os seus cursos a distância (técnico, pós-graduações e FICs), além de promover a formação dos servidores do Ifes para atuarem no modelo de ensino remoto. No Ifes o ensino remoto foi denominado Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs), sendo realizado preferencialmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle - que é gerenciado pelo Cefor.

Em 2020, o Cefor ofertou quatro cursos de Pós-graduação e Aperfeiçoamento totalmente a distância. E no ano de 2021 iniciou a oferta, pelo Cefor, da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a distância, para os cursos de bacharelado e tecnólogo no Ifes (IFES, 2021).

Em 2022 e 2023 o Ifes ampliou as ofertas a distância em parceria com dois importantes Programas que

vem impulsionando a oferta de cursos de Pós-Graduação na modalidade EaD no Ifes. O primeiro é o Curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), por meio de uma iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) para o fortalecimento da formação de professores, com oferta de 6.200 vagas, em 2022. Em virtude da grande demanda, em 2023 foram ofertadas mais 3.500 vagas distribuídas entre 36 polos de apoio presencial localizados em todos os Estados e no Distrito Federal, oferta que encontra-se em andamento quando da escrita deste projeto.). O segundo é o Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do qual o Ifes já ofertou diversos cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Pós-Graduação. E, no contexto da UnAC, ofertou entre 2022 e 2023 os cursos de Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva; Aperfeiçoamento em Internet das Coisas e, atualmente, está com a oferta da primeira turma do Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva.

Em 2024, a modalidade EaD está consolidada no Ifes e conta com a oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. Alguns cursos são ofertados de forma institucionalizada e regular e outros sob demanda e por meio de parcerias com fomento externo. Além da oferta de cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos totalmente on-line, no formato de cursos MOOC.

Por fim, cabe ressaltar que as ofertas vêm se mantendo crescentes e encontram-se cada vez mais estruturadas, tanto no que se refere à metodologia da EaD, quanto no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e das tecnologias digitais na educação.

Assim, trata-se de uma proposta de oferta regular de formação continuada (Pós-graduação Aperfeiçoamento) sobre Gestão em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em parceria com a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), via Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (RENAFOR). A finalidade é contribuir para a capacitação de gestores para atuarem na área de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a fim de que possam planejar, colaborar e promover de ações educativas em prol do ingresso, permanência e êxito dos alunos público-alvo da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

2.3. Justificativa

Considerando o direito à educação desde o ensino básico até o superior (Brasil, 1996) e o crescente ingresso de pessoas com deficiência nos contextos educacionais, este curso visa abordar temas, conhecimentos e práticas que favoreçam os processos de ingresso, permanência e sucesso dos alunos da educação especial em todos os níveis de ensino. Para atender a essa demanda crescente, tornou-se essencial formar profissionais, incluindo gestores, que compreendam os aspectos legais, teóricos e práticos das ações inclusivas no cenário educacional brasileiro. Assim, o curso busca fomentar discussões que viabilizem ações e práticas educativas voltadas para o público da educação especial.

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva tem como objetivo garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas diferenças e promova seu desenvolvimento integral. Para que isso se concretize, é essencial que os gestores escolares compreendam e assumam um papel proativo na implementação de práticas inclusivas em suas instituições de ensino, promovendo o engajamento de outros profissionais da educação.

No contexto atual, a promoção da inclusão de maneira efetiva tornou-se uma prioridade, refletindo não apenas avanços legais e políticos, mas também uma necessidade social e pedagógica. Nesse sentido, o papel dos gestores escolares é fundamental para garantir que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno seja valorizado e receba o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial.

Dados do Censo Escolar (INEP, 2022) indicam que há cerca de 1,3 milhão de matrículas na Educação Básica de estudantes público da Educação Especial (BRASIL, 2023). O número de matrículas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa apenas 36% das matrículas dos estudantes público da Educação Especial, o que significa que este suporte não alcançou nem ao menos a metade dos alunos (BRASIL, 2023).

Um dos aspectos fundamentais dos documentos hoje vigentes é a garantia de ações de formação continuada para professores que atuam em turmas comuns do ensino regular, objeto deste curso de aperfeiçoamento. Desta forma, esta proposta reside em oferecer aos professores conhecimentos para atuar com a diversidade presente na escola de forma a melhorar o ensino para todos os estudantes,

tomando como base a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96.

Esta demanda foi identificada pelo Instituto Federal do Espírito Santo desde 2017, durante a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada sobre Inclusão e Educação Especial, bem como pela crescente procura por cursos de pós-graduação na área de Educação Especial. O curso compromete-se a discutir os fundamentos filosóficos, legais, históricos e pedagógicos da Educação Especial, uma exigência de uma sociedade cada vez mais inclusiva e atuante. Retomar a história dessa modalidade de ensino e os avanços científicos que transformam a humanidade ao longo do tempo é um dos desafios impostos.

Dessa forma, o projeto aborda os fundamentos teóricos da aprendizagem e do desenvolvimento, fundamentos filosóficos, históricos e legais da Educação Especial, princípios da gestão escolar e gestão na modalidade de educação especial, conceitos como diferença, diversidade e barreiras atitudinais, as especificidades do público da Educação Especial, currículo e adequações curriculares, práticas pedagógicas inclusivas e Atendimento Educacional Especializado.

Este curso se justifica pelo atendimento aos marcos legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva referenciados acima, pela importante demanda social e pedagógica, pela necessidade de formação continuada dos gestores escolares e pelo impacto na qualidade educacional. Ao ser oferecido na modalidade a distância, o curso permitirá a participação de profissionais de todos os estados brasileiros, fortalecendo o trabalho em rede e o compartilhamento de ideias. A expertise do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo na modalidade pode ser assegurada pela vasta experiência na coordenação de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) a nível nacional, tendo realizado parcerias com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Para além dos cursos nomeados, o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) já oferece um curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial na perspectiva Inclusiva, bem como um curso lato sensu Especialização na mesma área de conhecimento.

2.3. Objetivo Geral

Promover a capacitação de gestores, desenvolvendo habilidades e competências para promoção de ações educativas em prol do ingresso, permanência e êxito dos alunos público da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva

2.4. Objetivos Específicos

-Desenvolver competências nos gestores escolares para a aplicação efetiva dos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, alinhados com os marcos legais e diretrizes vigentes, conforme o Decreto de nº 6949/2009.

-Implementar práticas de gestão escolar inclusiva, integrando os conceitos de diversidade, direitos humanos e acessibilidade, conforme preconizado pelo modelo social de deficiência.

-Promover a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas, visando à construção de processos de ensino-aprendizagem reflexivos e emancipatórios, em consonância com os princípios da práxis pedagógica.

-Implementar estratégias de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma coletiva e participativa, promovendo a inclusão efetiva dos alunos com deficiência no contexto escolar.

-Proporcionar aos participantes o conhecimento necessário sobre o financiamento, adesão e gestão de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) -Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), visando fortalecer a gestão escolar inclusiva e a efetividade das ações voltadas para a promoção da aprendizagem e participação dos alunos.

2.5. Metodologia

O Curso será desenvolvido totalmente à distância, com o acompanhamento do professor mediador e prevê encontros síncronos online obrigatórios somente quando para avaliação da aprendizagem discente. No

ambiente virtual de aprendizagem Moodle serão exploradas: leituras indicadas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias, elaboração de um projeto de intervenção. Nos encontros síncronos online serão realizadas atividades como apresentação de trabalhos e debates dos temas das disciplinas. A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e assíncronas do AVA. No AVA serão exploradas: solução de problemas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Destacamos que nos cursos de Educação a Distância, a frequência do aluno não é o foco principal de avaliação, uma vez que a modalidade não prevê a presença física do estudante em sala de aula. Entretanto, isso não significa que não haja um acompanhamento efetivo de sua participação e progresso. Ao contrário, a plataforma virtual de aprendizagem permite um monitoramento detalhado das atividades desenvolvidas pelo aluno, tais como a realização de exercícios, participação em fóruns, entrega de trabalhos e acesso aos materiais didáticos. Dessa forma, é possível avaliar o engajamento e o nível de envolvimento do estudante com os conteúdos, possibilitando uma orientação mais individualizada e o direcionamento de ações de suporte, quando necessário. Assim, a lógica de avaliação nos cursos EaD se afasta da simples aferição da frequência, priorizando uma abordagem mais qualitativa e contextualizada do processo de aprendizagem.

2.6. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão à distância, por meio do ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou outras ferramentas digitais associadas a este. Não existe presencialidade no curso.

Os resultados serão quantificados em notas de uma escala de 0 a 100 estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final, em cada componente curricular, de, no mínimo, 60 pontos. O aluno que não atingir os 60 pontos de aproveitamento terá a sua matrícula cancelada, conforme o Regimento dos Cursos de Pós-graduação do Ifes. Para fins de recuperação, ao final de cada disciplina, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, aproximadamente uma semana, definido pelo professor, dentro da previsão do cronograma do curso e do fechamento da pauta.

Vale ressaltar que, conforme o Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes, no Art. 64, que os Cursos de Pós-Graduação Aperfeiçoamento não possuem TFC devido à sua natureza, carga horária e duração.

Para receber o certificado, o aluno deverá ser aprovado em todos os componentes curriculares do curso.

2.7. Público-alvo

Profissionais da educação diplomados em cursos de graduação, neste caso, prioritariamente gestores/as de escolas da educação básica da Rede Pública de Educação que atuam com o público da Educação Especial. Pode se estender a gestores das secretarias municipais e estaduais de educação, coordenadores pedagógicos e professores.

2.8. Perfil do Egresso

Os egressos deverão demonstrar habilidade para atuar como gestores, em contextos escolares voltados para Educação Especial Inclusiva, tendo em vista a legislação referente a esta temática.

2.9. Infraestrutura

Quanto à infraestrutura física, não há necessidade de instalações adicionais, uma vez que o curso será oferecido totalmente a distância. O curso será ofertado pelo Centro de Referência em Formação e em

Educação a Distância (Cefor) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e ministrado através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando a plataforma Moodle. Esta modalidade permite que todas as atividades, interações e avaliações sejam realizadas online, eliminando a necessidade de salas de aula, laboratórios ou outros espaços físicos tradicionais. Isso não apenas reduz os custos operacionais, mas também amplia o acesso ao curso, possibilitando a participação de alunos de diferentes localidades sem a limitação geográfica. Além disso, a experiência do Cefor/Ifes na coordenação de cursos a distância assegura a qualidade e a eficácia do ensino oferecido, garantindo que os objetivos educacionais sejam plenamente atingidos.

2.10. Formas de Acesso para PPI e PcD

Quanto aos requisitos e formas de acesso para ações afirmativas, no que se refere a candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e Pessoas com Deficiência (PcD) serão respeitadas as disposições institucionais em relação às políticas afirmativas, o que vai depender da instalação de uma comissão específica para tal finalidade, no momento de abertura do processo seletivo. Assim, as políticas de ações afirmativas no âmbito do curso proposto serão contempladas no Edital de Seleção, conforme Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 10/2017 e Orientação Normativa PRPPG Nº 01/2019, de 9 de agosto de 2019.

A Resolução do Conselho Superior nº 202/2016 que dispõe sobre a Política de Educação para relações Étnico-Raciais do Ifes prevê, conforme estabelecido desde a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que o critério de raça é considerado autodeclaratório, mas uma comissão especial precisa ser criada, segundo o Art. 2º da Orientação Normativa MPOG nº 3, de 1º de agosto de 2016, tendo como finalidade verificar a veracidade da autodeclaração. Para os trabalhos dessa comissão especial são recomendados procedimentos por meio de entrevista e considerações apenas dos aspectos fenotípicos dos candidatos.

O curso de Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Gestão para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva prevê a garantia de condições de acessibilidade aos seus discentes com necessidades específicas, o que significa viabilizar a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida. Conforme observa a Resolução do Conselho Superior CS nº 34/2017, em seu Art. 1º, entende-se por "Aluno com Necessidades Específicas" o equivalente previsto em legislação educacional por aluno público-alvo da Educação Especial, a saber:

> I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
>
> II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Atualmente está englobado no transtorno de espectro autista, classificando-se como leve, moderado ou grave;
>
> III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles identificados com um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas:intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Além disso, a instituição conta também com a Resolução do Conselho Superior nº 55/2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes.

Tanto os documentos institucionais do Ifes (Resoluções e Pareceres) como o presente projeto tomam como referência a Lei n° 13.146/15 (Brasil, 2015), mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez que este documento traz consideráveis mudanças no que tange os direitos das pessoas com deficiência, sendo que o primeiro deles é retomar o conceito desse público em específico. Na Lei, art 2º, pessoa com deficiência é

> [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A partir das orientações legais e das referências científicas na área, foi definido, institucionalmente, que uma via pela qual são discutidos e desenvolvidos planos e projetos de inclusão e acessibilidade é o Napne - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. De acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 33/2020, que aprova o Regimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), que prevê que o "Napne tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da

inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos". Desde sua criação, o Napne tem discutido e proposto ações que visem a desenvolver práticas inclusivas na instituição, sejam práticas pedagógicas, de acessibilidade física e atitudinais.

Assim, todas as questões que envolvem acessibilidade e atendimento educacional especializado no Cefor, assim como nos demais campi do Ifes, contam com a colaboração dos profissionais que compõem o Napne para discussão, problematização, proposição e desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas na educação presencial e a distância.

O Cefor possui um plano de promoção de acessibilidade organizado a partir de um diagnóstico realizado pela Comissão de Acessibilidade na Educação À Distância do Instituto Federal do Espírito Santo – Fórum dos Napnes do Ifes – criada pela Portaria nº 920/2013 e alterada pela Portaria nº 2.148/2013. Segundo essa política, a promoção da acessibilidade envolve: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e de desenho universal, cujo objetivo é garantir acesso, permanência e participação do público da educação especial na IES.

Em síntese, de acordo com a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2014) e das Resoluções do Conselho Superior n° 34 e 55/2017, o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas no Ifes envolve as seguintes ações:

- identificar o aluno com necessidades específicas no processo seletivo, durante a matrícula ou por identificação do professor;
- garantir todos os recursos de acessibilidade ao aluno com necessidade específica no processo seletivo: materiais, apoio e infraestrutura;
- informar aos alunos sobre os apoios institucionais existentes, como o Napne;
- propor e instruir procedimentos educacionais diferenciados à coordenação do Curso de acordo com as necessidades específicas identificadas;
- discutir, incentivar e apoiar o aluno sobre estratégias de enfrentamento das dificuldades relatadas, seja por meio de orientação ao aluno, professores ou com o auxílio sistematizado de um profissional da área de educação especial;
- orientar e acompanhar os docentes que atuam diretamente com o aluno esclarecendo e propondo alternativas para o processo ensino-aprendizagem, conforme Portaria n° 34 e 55 (2017);
- orientar professores e tutores sobre a adoção de procedimentos avaliativos flexíveis e com adequações tanto na elaboração, produção e correção das atividades. As correções deverão respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial. Os tutores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado;

Assim sendo, os estudantes matriculados no curso receberão acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, entre eles pedagogos, professores de AEE e também receberam apoio de audiodescritor e Tradutor e Intérprete de Libras.

2.11. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas (quando houver)

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em Serviço de Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual, será realizado pela **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi),** por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**,** a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto.

A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da SECADI suspensos até que a situação seja regularizada.

Do curso de Gestão para Educação Especial na perspectiva Inclusiva

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM (R$)
33.90.36	Outros serviços de terceiros – pessoa física;	R$ 436.250,00
33.90.30	Material de consumo	R$ 0,00
33.90.39	Pessoa Jurídica	R$ 0,00
TOTAL SEM TARIFAS		R$ 436.250,00
33.90.47	Contribuições tributárias e contributivas	R$ 61.985,00
TOTAL GERAL		**R$ 498.235,00**

Ofertar um curso de Aperfeiçoamento (180 horas) para 1350 cursistas com custo unitário de R$369,06 (cálculo = custeio/qtd. de vagas ofertadas). Valor total do projeto: R$ 498.235,00

2.12. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

Do curso de Gestão para Educação Especial na perspectiva Inclusiva

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição do Item de despesa	**Qtd. de pessoas**	**CH mensal**	**Período (Mês)**	**Valor Mês (R$)**	**Valor Total (R$)**
Líder de Projeto	1	40	6	R$ 2.100,00	R$ 12.600,00
Assistente de Projeto	1	40	6	R$ 2.100,00	R$ 12.600,00
Coordenador de Produção de Materiais	1	40	6	R$ 1.850,00	R$ 11.100,00
Especialista na área	6	40	3	R$ 1.850,00	R$ 33.300,00
Mediador	34	80	3	R$ 1.550,00	R$ 158.100,00
Designer Educacional	1	80	5	R$ 1.850,00	R$ 9.250,00
Secretário de Curso	1	80	6	R$ 1.550,00	R$ 9.300,00
Apoio Pedagógico	3	80	3	R$ 1.550,00	R$ 9.300,00
Especialista Moodle	1	80	4	R$ 1.550,00	R$ 6.200,00
Produção de Vídeo	1	80	5	R$ 1.550,00	R$ 7.750,00
Assistente Registro Acadêmico	3	80	5	R$ 1.550,00	R$ 23.250,00
Revisor de texto	1	80	3	R$ 1.550,00	R$ 4.650,00
Especialista em Inclusão e Acessibilidade	1	80	3	R$ 1.550,00	R$ 4.650,00
Tradutor Intérprete de LIBRAS	4	80	5	R$ 1.850,00	R$ 37.000,00
Audiodescritor	1	80	3	R$ 1.800,00	R$ 5.400,00
Pagamentos de Pessoas Físicas					

Equipe de Seleção de alunos	51	40	1	R$ 1.800,00	R$ 91.800,00

Obrigações Tributárias e Contributivas						
Descrição do item de despesa	**Nº pessoas**	**Período (Mês)**	**Nº parcelas**	**% aplicado**	**Valor Mês (R$)**	**Valor Total (R$)**
Ressarcimento por Despesas Operacionais e Administrativas (ReDOA).	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	10%	não se aplica	R$ 43.625,00
Ressarcimento à Instituição	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0%	não se aplica	R$ 0,00
Pagamentos de Pessoa Física	51	1	1	20%	R$ 18.360,00	R$ 18.360,00
					SUBTOTAL	R$ 61.985,00
Justificativa: Os itens incluídos nessa seção constituem pagamentos legais que devem ser realizados quando há um contrato ou convênio entre a IES e a Fundação de Apoio.						

Os projetos executados pelo Ifes são administrados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e a Tecnologia (Facto), por isso, utilizamos apenas o elemento de despesa 33.90.39.

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

3. Equipe

Nome	Emilene Coco	Função na Equipe	Professor
Vínculo Ifes	Professor EBTT	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes - Serra	Carga Horária dedicação ao curso	6h
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1659053731594758			
Resumo Currículo Lattes: Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física (2000), mestrado (2012) e doutorado (2017) em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e Licenciatura em Pedagogia (2023) pela Universidade de Uberaba. Atualmente é professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal do Espírito Santo, coordenando o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Campus Serra. Membro do Grupo de estudo sobre Autismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica vinculado ao CNPq. Tem experiência na área de Educação Inclusiva, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: autismo e educação, inclusão escolar e práticas pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica.			

Nome	Gabriela Alias Rios	Função na Equipe	Professor
Vínculo Ifes	Professor EBTT	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFSP/ Jundiaí	Carga Horária dedicação ao curso	6h
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1920587162141670			
Resumo Currículo Lattes:			

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Especialista em Audiodescrição pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Metodologia do Ensino de Língua Materna e Estrangeira pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) e em Pedagogia pela Unesp/Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, Educação a Distância, Audiodescrição, Deficiência Visual, Práticas Pedagógicas Inclusivas. Atualmente, é professora de língua portuguesa e inglesa no Instituto Federal de São Paulo.

Nome	Josiane Beltrame Milanesi	Função na Equipe	Professor
Vínculo Ifes	Professor EBTT	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes - Vitória	Carga Horária dedicação ao curso	6h
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7160183383586542			

Resumo Currículo Lattes:
Graduação em pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009), mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2012) e doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) também pela Universidade Federal de São Carlos. Já atuou como professora convidada da Universidade Federal do Pará pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da educação Básica (PARFOR). Foi pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP) da Universidade Federal de São Carlos e integrante do Observatório Nacional de Educação Especial (ONESSP). É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo atuando no campus Vitória como coordenadora do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas e atualmente é Professora de Atendimento Educacional Especializado. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: diversidade, inclusão escolar, atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais, formação de professores, políticas públicas e deficiência intelectual.

Nome	Larissy Alves Cotonhoto	Função na equipe	Professor
Vínculo Ifes	Professor EBTT	Situação	Ativo
UA(Lotação) ou Instituição de origem	Cefor	Carga Horária dedicação ao curso	6 horas
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319		

Resumo do Currículo Lattes
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012), mestrado em Psicologia Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pós-doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufes. É professora EBTT do Ifes. Atua em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. É coordenadora nacional do Curso de Pós-graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional. Atua e investiga os seguintes temas: aprendizagem, desenvolvimento, formação de professores, educação especial, educação a distância, acessibilidade e jogos.

Nome	Mary Grace Pereira Andrioli	Função na Equipe	Professor
Vínculo Ifes	Professor EBTT	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFSP/	Carga Horária dedicação ao curso	6h
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1249727682212289			

Resumo Currículo Lattes:
Doutora e mestre em Educação pela faculdade de educação da USP, graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, pós-graduada em Educação a distância (Design Instrucional para Educação on-line) pela UFJF. Pesquisadora na área de Tecnologia Assistiva e acessibilidade ao currículo. Foi pesquisadora do Núcleo de Aprendizagem Trabalho e Entretenimento (NATE) do Laboratório de Sistemas Integrados (Escola Politécnica da

USP) no projeto Um Computador por Aluno (UCA), foi sistematizadora do Plano Municipal de Educação (área de Educação Especial e Educação à Distância) pela SME-SP. Professora da área de Educação/Pedagogia no Instituto Federal de Educação de São Paulo. Foi presidente do NDE e comissão de implementação do PPC para implantação de dois cursos de Pedagogia no IFSP, bem como coordenadora nos respectivos cursos (Boituva e Sorocaba). Atualmente é professora na licenciatura do câmpus São Roque do IFSP. Foi coordenadora do projeto Acessibilidade TIC: acessibilidade ao currículo por meio das tecnologias de Informação e Comunicação (projeto financiado pelo CNPq) e foi coautora/coordenadora do projeto acessibilidade ao currículo na sala de aula, financiado pela Fapesp (PIPE). Foi vice-presidente e diretora pedagógica do Instituto Paramitas de 2009-2014.

Nome	Sanandreia Torezani Perinni	Função na Equipe	Professor
Vínculo Ifes	Docente (DE)	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes- Santa Teresa	Carga Horária dedicação ao curso	6h
Link Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7401761001831492			
Resumo Currículo Lattes: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013), graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas pela Faculdades Integradas Castelo Branco (2002). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo,atuando nos cursos técnicos integrados, bacharelado, licenciatura e pós-graduação - especialização. Atuou como Diretora de Ensino no Ifes Centro-Serrano, Santa Maria de Jetibá-ES de fevereiro de 2015 a 2019. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Inclusão-GEPEI-UFES.			

Nome	Simoni Pereira Posses	Função na Equipe	Pedagogo
Vínculo Ifes	Técnico Administrativo	Situação	Ativo
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria	Carga Horária dedicação ao curso	8h
Link Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/3886283854871191			
Resumo Currículo Lattes: Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1996). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2020). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. Atua como Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Espírito Santos desde junho/2010.			

Os profissionais que atuarão na Secretaria Escolar do curso será composta via edital de seleção de equipe.

Sobre a equipe docente e técnica que atuará no curso, destacamos que serão seguidas as orientações contidas na Resolução do Conselho Superior 103/2022, pertinente à carga horária docente, e suas atualizações. Mais especificamente orientamo-nos de acordo com o parágrafo 2o, do Art. 44. que diz que “ No caso de Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada realizados por meio de Convênio ou Contrato, os docentes do Ifes poderão atuar em conformidade com a Resolução do Conselho Superior 103/2022, pertinente à carga horária docente [...]

> §2o Docentes com atividades de ensino nos Cursos de Pós-Graduação que recebem bolsas provenientes de órgãos fomentadores da Educação a Distância não poderão computar a carga horária em seu Plano Individual de Trabalho.

4. Matriz Curricular

Período	Código	Disciplina	Teórica/ Prática	Presencial/ A distância	Professor Responsável	Carga Horária
24/03//2025 a 20/04/2025	1	Fundamentos da Educação Inclusiva e Legislação	T/P	EaD	Josiane Beltrami Milanesi e Emilene Coco	60h

21/04/2025 a 18/05/2025	2	Gestão Escolar Inclusiva	T/P	EaD	Ariadna Pereira Siqueira Effgen e Carla Ribeiro Macedo	60h
19/05/2025 a 15/06/2025	3	Práticas Pedagógicas Inclusivas: currículo, acessibilidade e atendimento educacional especializado	T/P	EaD	Gabriela Alias Rios e Mary Grace Andrioli	60h
Carga Horária Total do Curso						**180h**

A proposta prevê intervalo entre as disciplinas para a recuperação da aprendizagem dos estudantes que não atingiram nota mínima.

5. Ementário

Disciplina: Fundamentos da Educação Inclusiva e Legislação	
Carga horária: 60 horas	**Obrigatória**
Objetivos	
● Apresentar aos alunos as concepções atuais sobre inclusão, educação especial inclusiva e conceitos como identidade, alteridade, diferença, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais. ● Discutir a história da Educação Especial no Brasil e no mundo. ● Compreender e discutir as concepções atuais sobre desenvolvimento humano, deficiência e as possibilidades educativas. ● Apresentar as especificidades do público-alvo da educação especial (Deficiência Intelectual, Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD), Surdez, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Física, Deficiência Múltipla e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): caracterização, diagnóstico e atuação.	
Ementa	
Educação e exigência ética de uma mudança de paradigma nas sociedades. Os marcos legais da educação especial inclusiva em momentos históricos diferenciados. Conceitos como identidade, diferença, diversidade e barreiras atitudinais. Desenvolvimento humano: desenvolvimento atípico. O público da Educação Especial: deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superdotação.	
Conteúdo	
• Educação, Inclusão e Ética: identidade, diferença, alteridade, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais • A história da Educação Especial: aspectos históricos e científicos • Legislação e Educação Especial • Desenvolvimento humano: desenvolvimento típico e atípico • O público-alvo da Educação Especial: Deficiência, TGD e Altas Habilidade e Superdotação	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	

Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
COTONHOTO, L. A. **Da Exclusão à Inclusão**: Trajetória da Educação Especial. Texto produzido para a disciplina Fundamentos da Educação Especial, do curso Inclusão e Educação Especial. FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013. GÓES, Maria Cecilia R. de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta K. de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Orgs.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 95-114. JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007. MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011. MANTOAN, M. T. E. R. I**nclusão, diferença e deficiência**: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/28267>. Acesso em: 03 Maio 2018. MICHELS, M. **A formação de professores de Educação Especial no Brasil**: propostas em questão. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. Disponível em:</03/Livro-Maria-Helena_Formacao-2017.pdf" http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2018/03/Livro-Maria-Helena_Formacao-2017.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2018. SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]
Bibliografia Complementar
ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial** – Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva [recurso eletrônico]. São Paulo, SP : Cengage, 2016. [Minha Biblioteca] LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. [Minha Biblioteca] PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802. Acesso em: 28 nov. 2014. VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola . Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Disciplina: **Práticas Pedagógicas Inclusivas: currículo, acessibilidade e atendimento educacional especializado**	
Carga Horária: 60h	Obrigatória
Ementa	
O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares. Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas. Adequações curriculares e metodológicas. Avaliação no processo ensino-aprendizagem. Conceitos básicos. Práticas avaliativas: diagnóstico, da aprendizagem e processual. O atendimento educacional especializado.	

Objetivos

- Apresentar e problematizar o papel do currículo na educação inclusiva.
- Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças.
- Discutir a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.
- Conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e debater sobre as atribuições do professor de AEE.

Conteúdo

- O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares: currículo
- Adequações curriculares e metodológicas
- Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas
- Avaliação no processo ensino-aprendizagem
- Acessibilidade e tecnologias
- O atendimento educacional especializado

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

ANACHE, A. A; RESENDE, D. A.R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 66, p. 569-591, Sept. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300569&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216630.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M.. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In.: PLETSCH, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar**: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

JESUS, D. M; VIEIRA, A. B; EFFGEN, A. R. S. Tensões entre conhecimentos comuns e específicos no processo de escolarização de alunos com deficiência no contexto da inclusão escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 61 – 80, maio/ago. 2015. Disponível em:< http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19847238163120150 61>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, S.P: Junqueira&Marins, 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli C. Rocha de C.. Currículo em educação especial: tendências e debates. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 17, p. 125-137, June 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2018. http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.224.

VICTOR, S.L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M de. **Educação especial inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas. Rio de Janeiro: Brasil Multicultura, 2017.

Bibliografia Complementar
FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tárcia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK "http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>. Acesso em 18 de maio de 2018. JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"tora/formacao.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2018. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. [Minha Biblioteca] SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca] VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência**- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola . Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Disciplina: Gestão Escolar Inclusiva	
Carga horária: 60 horas	**Obrigatória**

Objetivos

1. Compreender as Práticas de gestão escolar inclusiva.
2. Entender e articular os conceitos de diversidade, direitos humanos e acessibilidade na gestão.
3. Planejar e desenvolver estratégias para promover a participação de todos na implementação de políticas e programas inclusivos.
4. Ter conhecimento e saber operacionalizar as ações para financiamento, adesão e gestão de recursos do PDDE - Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).
5. Entender como gerenciar e colaborar no desenvolvimento de planos de ação para utilizar os recursos de forma efetiva.

Ementa

Práticas de gestão escolar inclusiva. Integração dos conceitos de diversidade, direitos humanos e acessibilidade na gestão. Desenvolvimento de estratégias para promover a participação de todos os alunos. Implementação de políticas e programas inclusivos. Estudo de casos e boas práticas de gestão inclusiva. Conhecimento sobre o financiamento, adesão e gestão de recursos do PDDE - Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Fortalecimento da gestão escolar inclusiva através do PDDE. Desenvolvimento de planos de ação para utilizar os recursos de forma efetiva.

Conteúdo

- Conceituando Gestão Escolar
- O Papel dos Gestores Escolares
- Desafios da Gestão Democrática na Construção de uma Escola Inclusiva
- Políticas Públicas para a Educação Inclusiva.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

AMORIM, G. C. **Proposta de um Modelo De Gestão Participativa:** Subsídios para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil' Tese de Doutorado em Educação: Unesp (Marília), 2020.
BRASIL. **Resolução Nº 15**, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020. Recursos financeiros para equipar salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos, destinadas ao atendimento educacional especializado.Disponível em:<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/conta-pdde-estrutura-1/media-conta-pdde-estrutura/Resoluon15de07deoutubrode2020.ProgramaSaladeRecursosMultifuncionais..pdf>.
FRANÇA, M. G.. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb. **Educar em Revista**, n. 58, p. 271–286, out. 2015. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/0104-4060.42415>.
NASCIMENTO, B. A. B. do. **Organização e gestão dos serviços da educação especial:** um estudo de planos municipais de educação. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação Escolar Instituição de Ensino: Unesp (Araraquara), 2018.
VIEIRA, Islene da Silva; ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Gestão de Educação Especial**: movimentos formativos e políticos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 134 p.

Bibliografia Complementar

GODOY, E. R. dos S. **Gestão Escolar e os Processos de Inclusão na Escola Comum:** Um Estudo Comparado Internacional. Dissertação de Mestrado em Educação. UFes, Vitória, 2018.
VIEIRA, I. da S.. **Movimentos Formativos e Políticos da Gestão de Educação Especial no Estado do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado Profissional em PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UFes, Vitória, 2018.

6. Estágio

O curso de Pós-graduação Aperfeiçoamento em Gestão em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva não prevê componente curricular de estágio obrigatório. Esta decisão baseia-se na natureza do curso, que é de curta duração e voltado para profissionais já atuantes na área. O público para quem serão ofertadas as vagas consiste em gestores e professores que estão em cargo de gestão que buscam aprimorar e ampliar seus conhecimentos teóricos e instrumentais para aplicação imediata em suas práticas profissionais cotidianas.

Assim, o foco do curso está na atualização e aprofundamento dos saberes, permitindo que os estudantes incluam os novos conhecimentos e práticas diretamente em seus ambientes de trabalho, dispensando a necessidade de um estágio formal.

7. Cronograma

O cronograma do curso está organizado conforme a carga horária das disciplinas e considerando **uma semana de fechamento entre as disciplinas**:

Disciplina 1
- Início:24/03/2025
- Término:20/04/2025
- Duração: 5 semanas

Recuperação - 21/04/2025 à 27/04/2025 - Questionário

Disciplina 2
- Início: 21/04/2025

- Término: 18/05/2025
- Duração: 5 semanas
Recuperação - 19/05/2025 à 25/05/2025 - Questionário
Disciplina 3
- Início: 19/05/2025
- Término: 15/06/2025
- Duração: 5 semanas
Recuperação - 15/06/2025 - Questionário

8. Referências

BEYER, Hugo Otto Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 – 82.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: 23 de janeiro de 2013.

BRASIL, **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso: 07 de fevereiro de 2022.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al . Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 19,n . 2, p. 289-300, Junho 2013. .http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000200011.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

_____.BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, S.P: Junqueira&Marins, 2013.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

MENDES, Enicéia Gomes. Desafios Atuais na Formação do Professor de Educação Especial. Integração. Brasília, Ano 4, v. 24, p.12-17,2002.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802. Acesso em: 28 nov. 2014.

9. Anexos

7.1. Minuta do edital (ANEXO)

ANEXO